

Regras para flutuação do câmbio serão discutidas amanhã com missão do FMI

Governo deverá atuar no mercado para evitar disparadas na cotação do dólar

Leandra Peres

• BRASÍLIA. O Governo não vai mais deixar que o câmbio flutue totalmente livre, como vinha fazendo desde a implantação do novo regime, há duas semanas. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que as regras de como serão feitas as intervenções oficiais no câmbio serão discutidas com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que chega hoje a Brasília e se reúne amanhã com a equipe econômica. As atuações do Governo no câmbio servirão para evitar novas disparadas nas cotações do dólar. O Governo deverá ainda adotar medidas adicionais de ajuste fiscal para garantir que o endividamento do país se estabilize em relação do Produto Interno Bruto (PIB) em três anos.

Com a cotação do dólar acima de R\$ 2, Malan procurou agir rapidamente para tentar conter boatos de que o Governo estaria preparando a reestruturação da dívida interna e externa ou o confisco das aplicações financeiras.

Política monetária será usada para controlar a inflação

O ministro garantiu que o Governo não tomará nenhuma medida violenta, que reduza a poupança, e pediu tranquilidade.

— Não há a menor possibilidade de confisco ou qualquer medida que signifique restrições ao acesso da população a seus ativos financeiros. Não há circunstâncias que justifiquem essa violência. Não vamos reestruturar a dívida doméstica ou externa e não estamos considerando a possibilidade de adoção do currency board (dolarização) — disse.

Malan descartou também o congelamento de preços. O ministro afirmou que o controle de

Roberto Stuckert Filho



PEDRO MALAN: "Não vamos reestruturar a dívida doméstica ou a externa"

preços não faz parte das medidas que poderão ser tomadas para conter o aumento da inflação. Segundo ele, o objetivo do Governo é fazer com que a alta de preços em 99 fique abaixo de 10%, e para isso vai usar as taxas de juros e o poder regulatório do Governo, por meio das agências setoriais, como na área de energia elétrica, telecomunicações e petróleo.

— Vamos usar uma política monetária ativa como mecanismo de controle da inflação. Sabemos, por experiência própria, que o congelamento não funciona sequer no curto prazo e que o efeito

perverso é a volta da inflação — disse Malan.

O ministro não quis adiantar as regras de intervenção do Governo no mercado de câmbio, mas afirmou que as negociações estão em andamento e devem ser concluídas durante a visita da missão ao Brasil. A equipe econômica está analisando modelos testados em outros países que têm regime de câmbio flutuante para decidir como será a atuação do BC.

Uma das alternativas é o sistema mexicano, em que o banco central do país faz leilões de US\$ 200 milhões se a cotação sobe

muito, conseguindo evitar a depreciação do peso, e vende dólares no mercado futuro para que os bancos ofereçam a moeda americana em valores estáveis, evitando que a cotação despenque. Na opinião do ministro, houve uma clara especulação com o dólar ontem, nas cotações muito elevadas. A explicação do Governo para o movimento desordenado são os boatos de renegociação forçada da dívida interna e externa e porque, ontem, era data de vencimento de opções, o que torna o mercado ainda mais volátil.

Malan: "Taxa de câmbio ficará abaixo do que está agora"

— Não tenho dúvidas de que essas cotações não guardam nenhuma relação com os fundamentos da economia brasileira. A taxa de câmbio ficará muito abaixo do que está agora. Quem observa o comportamento do câmbio vê um flagrante exagero da taxa. Espero que aqueles que estejam comprando dólares à cotação de hoje (ontem) tenham uma noção clara dos riscos de mercado que estão assumindo — advertiu.

Malan afirmou ainda que não há chances de o Governo deixar de pagar a dívida que tem no mercado interno e externo. Segundo ele, o Brasil tem capacidade de honrar os compromissos e a dívida externa que vence nos próximos meses está dentro da capacidade de pagamento do país.

— Não há qualquer hipótese de que uma sugestão desse tipo tenha o nosso apoio. Sempre respeitamos contratos firmados e assim procederemos — insistiu.

O Governo também anunciou o cumprimento da meta de superávit primário que havia sido estabelecida para 1998. Foram R\$ 5,8 bilhões, R\$ 800 milhões a mais que a meta anterior. ■